

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICAF LTDA SICOOB CREDICAF

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA
TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO	CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO
<p>Art. 1º A Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Lajinha Ltda – CREDICAF, CNPJ 25.395.435/0001-03, constituída em Assembleia Geral realizada em 09/05/1988, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente.</p> <p>§ 4º Na assembleia geral extraordinária realizada em 11/03/2006, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito do Leste de Minas Ltda. – SICOOB CREDICAF.</p> <p>§ 2º Na assembleia geral extraordinária realizada em 31/03/2012, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda. - SICOOB CREDICAF.</p> <p>§ 3º Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/10/2021, a Cooperativa que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Credicaf Ltda – SICOOB CREDICAF, que se rege pela legislação em vigor, por este Estatuto e por seus manuais internos tendo:</p> <p>I. sede, administração e foro jurídico na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais, na Av. Dr. Rubens Boechat de Oliveira, nº 310, Bairro Centro, CEP 36.980.000;</p> <p>II. área de ação para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Juiz de Fora, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Santos Dumont<small>[LM1]</small>, Taparuba, no Estado de Minas Gerais e Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi e Ibitirama no Estado do Espírito Santo, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Macaé, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Rio das Ostras e Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro;</p> <p>III. área de ação para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Juiz de Fora, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Santos Dumont<small>[LM1]</small>, Taparuba, no Estado de Minas Gerais e Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi e Ibitirama no Estado do Espírito Santo, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Macaé, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Rio das Ostras e Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro;</p> <p>IV. área de ação para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos</p>	<p>Art. 1º A Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Lajinha Ltda – CREDICAF, CNPJ 25.395.435/0001-03, constituída em Assembleia Geral realizada em 09/05/1988, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente.</p> <p>I. sede, administração e foro jurídico na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais, na Av. Dr. Rubens Boechat de Oliveira, nº 310, Bairro Centro, CEP 36.980.000;</p> <p>II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.</p> <p>III. área de ação para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Juiz de Fora, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Santos Dumont<small>[LM1]</small>, Taparuba, no Estado de Minas Gerais e Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi e Ibitirama no Estado do Espírito Santo, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Macaé, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Rio das Ostras e Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro;</p> <p>§ 1º A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central Crediminas, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p>

seguintes municípios: Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Juiz de Fora, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Taparuba, no Estado de Minas Gerais e Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi e Ibitirama no Estado do Espírito Santo, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Macaé, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Rio das Ostras e Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro;

III. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.

§ 4º A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central Crediminas, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

§ 5º A Cooperativa é obrigada, para seu funcionamento, a registrar-se ~~na OCEMG~~ Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.

§ 2º A Cooperativa é obrigada, para seu funcionamento, a registrar-se ~~no~~ Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - **OCEMG**.

§ 3º Na assembleia geral extraordinária realizada em 11/03/2006, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito do Leste de Minas Ltda. – SICOOB CREDICAF.

§ 4º Na assembleia geral extraordinária realizada em 31/03/2012, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda. - SICOOB CREDICAF.

§ 5º Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/10/2021, a Cooperativa que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Credicaf Ltda – SICOOB CREDICAF, que se rege pela legislação em vigor, por este Estatuto e por seus manuais internos.

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL	CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL
Art. 2º (...) <p>§ 1º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso II do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, desde que possua dependência instalada no respectivo Município, termos da legislação e regulamentação em vigor. (...)</p> <p>§ 4º Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais ou, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.</p>	Art. 2º (...) <p>§ 1º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios nos quais possua dependência instalada, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p> (...)</p> <p>§ 4º Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.</p>

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)	CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)
Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por	Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por

<p>diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.</p> <p>§ 1º (...)</p>	<p>diretrizes e normas de alcance geral, resguardadas a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.</p> <p>§ 1º (...)</p>
<p>IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.</p> <p>§ 2º (...)</p>	<p>IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e pelas demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.</p> <p>§ 2º (...)</p>
<p>§ 5º A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada ao Sicoob Central Crediminas, está sujeita às seguintes regras:</p>	<p>§ 5º A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada ao Sicoob Central Crediminas, sujeita-se às seguintes regras:</p>
<p>I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central Crediminas representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;</p>	<p>I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central Crediminas representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e as demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;</p>
<p>II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar toda ou parte das cooperativas singulares filiadas;</p>	<p>II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;</p>
<p>III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central Crediminas e demais normativos;</p>	<p>III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central Crediminas e dos demais normativos;</p>
<p>(...)</p>	<p>(...)</p>
	<p>VI. administração temporária pelo Sicoob Central Crediminas ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da Cooperativa ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p>VII. a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente com as cooperativas do Sicoob Sistema Crediminas e, em caso de desligamento do Sicoob Central Crediminas, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento, a Cooperativa(s)</p>

<p>§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária adesão/aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).</p> <p>(...)</p> <p>§ 8º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.</p>	<p>integrante(s) do Sicoob Sistema Crediminas, sendo o valor da ação limitado em qualquer hipótese deste inciso ao seu valor patrimonial registrado no Banco Sicoob, apurado no último balancete e/ou balanço disponível.</p> <p>§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).</p> <p>(...)</p> <p>§ 8º A Cooperativa é aderente ao Comitê de Remuneração_[LM2], constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.</p> <p>§ 9º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.</p>
<p>CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE</p> <p>Art. 4º A Cooperativa responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da Cooperativa perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e do § 3º deste artigo.</p> <p>(...)</p>	<p>CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES</p> <p>Art. 4º A Cooperativa responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da Cooperativa perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e § 3º deste artigo.</p> <p>(...)</p>
<p>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO</p> <p>Art. 5º Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele</p>	<p>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO</p> <p>Art. 5º Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele</p>

<p>estabelecidas, bem como que tenham residência ou estejam estabelecidos em município integrante da área de ação da Cooperativa e/ou em qualquer outra parte do território nacional.</p> <p>(...)</p> <p>§ 3º Não podem associar-se as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria Cooperativa.</p> <p>Art. 6º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma e no valor previstos no Estatuto Social vigente quando da aprovação da associação pelo mencionado Conselho e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.</p> <p>§ 1º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.</p> <p>§ 2º Havendo posterior redução do capital mínimo, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.</p> <p>§ 3º O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.</p> <p>§ 4º O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.</p>	<p>estabelecidas, bem como que tenham residência ou estejam estabelecidos em município integrante da área de ação da Cooperativa e/ou em qualquer outra parte do território nacional.</p> <p>(...)</p> <p>§ 3º Não podem ser admitidos no quadro social da Cooperativa ou nele permanecer, além das hipóteses previstas na legislação, as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria Cooperativa.</p> <p>Art. 6º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pela Cooperativa, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.</p> <p>§ 1º A Cooperativa poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.</p> <p>§ 2º As diretrizes referentes à aprovação de admissões e readmissões^[LM3] de associados serão fixadas pelo Conselho de Administração.</p>
<p>CAPÍTULO II DOS DIREITOS</p> <p>Art. 7º (...)</p> <p>II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;</p>	<p>CAPÍTULO II DOS DIREITOS</p> <p>Art. 7º (...)</p> <p>II. ser votado para os cargos sociais, desde que sejam atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;</p>

<p>(...)</p> <p>IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.</p> <p>§ 2º O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes.</p>	<p>(...)</p> <p>IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observando as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. Não pode votar nem ser votado o associado pessoa natural que seja empregado ou preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa.</p>
<p>CAPÍTULO III DOS DEVERES</p> <p>Art. 8º São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;</p> <p>(...)</p> <p>III. zelar pelos interesses morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;</p> <p>IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;</p> <p>V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa;</p> <p>VI. manter suas informações cadastrais atualizadas;</p> <p>VII. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da Cooperativa, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;</p> <p>VIII. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;</p>	<p>CAPÍTULO III DOS DEVERES</p> <p>Art. 8º São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa ou por intermédio dela;</p> <p>(...)</p> <p>III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;</p> <p>IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor interesses individuais;</p> <p>V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa, mantendo suas informações cadastrais atualizadas;</p> <p>VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da Cooperativa, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;</p>

IX. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilícitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.

VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilícitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.

CAPÍTULO IV **DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE** **ASSOCIADOS**

SEÇÃO I **DA DEMISSÃO**

Art. 9º A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

§ 1º **O Conselho de Administração** será **comunicado** sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido. (...)

CAPÍTULO IV **DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE** **ASSOCIADOS**

SEÇÃO I **DA DEMISSÃO**

Art. 9º A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

§ 1º **A Diretoria Executiva** será **comunicada** sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido. (...)

SEÇÃO II **DA ELIMINAÇÃO**

Art. 10º A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária ou ainda quando:

I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, inclusive infringir dispositivos infraestatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;

(...)

III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa, ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e **venha ser** obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;

(...)

§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião **do Conselho de Administração e o que ocasionou deverá constar em termo próprio e assinado pelo Presidente**.

§ 2º O associado será notificado, por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, **sem**

SEÇÃO II **DA ELIMINAÇÃO**

Art. 10. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária ou ainda quando:

I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa **e/ou à sua imagem**, inclusive infringir dispositivos infraestatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;

(...)

III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa, ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e **seja** obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;

(...)

§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião **da Diretoria Executiva**.

§ 2º O associado será notificado, **no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião da Diretoria**

<p>arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.</p> <p>(...)</p>	<p>Executiva em que houve a eliminação, por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação.</p> <p>(...)</p>
<p>SEÇÃO III DA EXCLUSÃO</p> <p>Art. 41º A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:</p> <p>(...)</p> <p>IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa;</p> <p>Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.</p>	<p>SEÇÃO III DA EXCLUSÃO</p> <p>Art. 11. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:</p> <p>(...)</p> <p>IV. fraude ou determinação legal;</p> <p>V. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa, exceto o disposto no art. 5º, § 1º.</p> <p>Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso V ocorrerá por ato da Diretoria Executiva, à exceção do motivo previsto no art. 5º, § 3º, inciso I, observadas as regras para eliminação de associados.</p>
<p>CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO</p> <p>Art. 12º A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.</p> <p>§ 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no caput perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.</p> <p>§ 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.</p> <p>Art. 13º O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 06 (seis) meses, contados do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.</p>	<p>CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO</p> <p>Art. 12. A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.</p> <p>§ 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no caput perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.</p> <p>§ 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.</p> <p>Art. 13. A readmissão^[LM4] de associado desligado será deliberada pela Cooperativa, conforme os critérios de reingresso fixados pelo Conselho de Administração.</p>

~~Parágrafo único. A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no caput caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.~~

~~Art. 14º O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 11º deste Estatuto Social bem como regimentos internos, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 03 (três) anos, com exceção para os eliminados apenas por falta de movimentação sendo que neste caso aplica-se o prazo e condições do artigo 13º.~~

~~Art. 15º O associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído do quadro social da Cooperativa, caso tenha interesse em retornar ao mesmo, deverá subscrever e integralizar à vista o mesmo número de quotas partes que tinha quando de seu desligamento, devendo ainda ser atendidas as demais condições legais e estatutárias de associação.~~

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL SEÇÃO I DA QUOTA-PARTE

Art. 16º O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.

§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento. (Obs.: o capital integralizado pelos associados poderá ser

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

Art. 14. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.

§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento. (Obs.: o capital integralizado pelos associados poderá ser

<p>remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais).</p> <p>(...)</p>	<p>remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais).</p> <p>(...)</p>
<p>Art. 17º No ato da admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 100% (cem por cento) das quotas partes.</p>	<p>Art. 15. No ato da admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo, 20 (vinte) [LM5] quotas partes.</p>
<p>§ 1º No ato da admissão, os associados pessoas físicas, subscreverão, ordinariamente, número de quotas partes, no valor mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) equivalentes a 150 (cento e cinquenta) quotas partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma.</p>	
<p>§ 2º No ato da admissão, os associados pessoas jurídicas ou ente despersonalizado, subscreverão, ordinariamente, número de quotas partes, no valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) equivalentes a 300 (trezentas) quotas partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma.</p>	
<p>§ 3º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da <i>Cooperativa</i>.</p>
<p>§ 4º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a <i>Cooperativa</i>, nos termos deste Estatuto Social.</p>	<p>§ 2º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a <i>Cooperativa</i>, nos termos deste Estatuto Social.</p>
<p>§ 5º A quota-partes não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.</p>	<p>§ 3º A quota-partes não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.</p>
	<p>§ 5º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para a associação de que trata o caput.</p> <p>§ 6º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o caput, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, como previsto neste Estatuto Social.</p>
<p>Art. 18º O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta</p>	<p>Art. 16. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida e 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta</p>

<p>corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto neste Estatuto Social.</p> <p>(...)</p>	<p>corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.</p> <p>(...)</p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO</p> <p>Art. 19º No ato da admissão, o associado pessoa física, pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo, 20 quotas partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes a R\$ 20,00 (vinte reais).</p> <p>§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a Cooperativa aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a Cooperativa, na forma da regulamentação em vigor.</p> <p>§ 2º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a Cooperativa a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação de seu capital social conforme a regra disposta no art. 17º deste Estatuto Social.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO</p> <p>Art. 20º Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração para preservar os limites técnicos e operacionais da Cooperativa.</p> <p>I. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO</p> <p>Art. 17. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observando, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:</p> <p>I. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente</p>

a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;

§ 1º os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e dos demais créditos existentes em nome do *de cuius*, atendidos os requisitos legais.

§ 2º ~~Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número tal que a devolução do capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, esta poderá efetuá-la a juízo do Conselho de Administração, em prazos que resguardem a continuidade de funcionamento da sociedade, podendo ser feita em parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do mês em que se deu desligamento.~~

§ 3º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 20, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a Cooperativa tomar todas as providências cabíveis ao caso.

§ 4º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.

a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;

II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da Cooperativa e desde que sejam cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento

III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte:

a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado.

b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;

c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e dos demais créditos existentes em nome do *de cuius*, deduzidos os eventuais débitos existentes em seu nome, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 12 (doze) parcelas, mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;

d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

§ 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art.19, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a Cooperativa tomar todas as providências cabíveis ao caso.

§ 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.

§ 5º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da Cooperativa após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.

§ 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da Cooperativa após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.

SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL

Art. 24º Ao associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a Cooperativa, tiver no mínimo 70 (setenta) anos de idade ~~e tiver no mínimo 15 (quinze) anos de associação~~^[LM6], ~~será facultada~~ a devolução de suas quotas-partes, desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

~~I. as quotas-partes integralizadas após a solicitação do resgate eventual, permanecerão subscritas no saldo da conta capital do associado, podendo ser resgatadas somente 3 anos após o pagamento da última parcela do resgate anterior.~~

~~II. tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social.~~

Art. 22º Ao associado pessoa jurídica que, cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver

SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL

Art. 18. O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a Cooperativa **e** tiver no mínimo 70 (setenta) anos de idade, **poderá solicitar** a devolução de suas quotas-partes, **o que dependerá de autorização, com os critérios definidos pelo Conselho de Administração**, e desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

I. o Conselho de Administração deliberará acerca da possibilidade de devolução e das condições aplicáveis ao resgate eventual, observado que os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;

II. tornando-se o associado inadimplente em qualquer operação, ficará suspenso automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, facultando o retorno a percepção das parcelas no mês seguinte ao da liquidação da inadimplência, observado os demais requisitos previstos nesta seção;

III. Ocorrendo a reincidência na condição de inadimplente, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação nos termos do artigo 368 do Código Civil.

Art. 19 Ao associado pessoa jurídica que, cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver

inadimplente perante a Cooperativa e, possua no mínimo ~~30~~ (trinta) anos de associação, ~~será facultada~~ a devolução de suas quotas-partes, desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição, observadas as disposições contidas nos incisos do artigo anterior.

Art. 23º O resgate eventual de quotas-partes somente ocorrerá após aprovação do Conselho de Administração, que observará para deferimento da devolução os critérios de conveniência, oportunidade e limites legais, normativos e estatutários.

Art. 24º O associado em razão de doença grave, poderá solicitar o resgate parcial deduzido o capital mínimo de ingresso e garantida a manutenção de todos os direitos sociais

§ 1º Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a documentação necessária para comprovação da condição descrita no caput.

inadimplente perante a Cooperativa e, possua no mínimo ~~15 (quinze)~~ ^[LM7]anos de associação, ~~poderá solicitar~~ a devolução de suas quotas-partes, ~~o que dependerá de autorização, com os critérios definidos pelo Conselho de Administração, e~~ desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição, observadas as disposições contidas nos incisos do artigo anterior.

Art. 20. O resgate eventual de quotas-partes somente ocorrerá após aprovação do Conselho de Administração, que observará para deferimento da devolução os critérios de conveniência, oportunidade e limites legais, normativos e estatutários.

Art. 21. O associado em razão de doença grave, poderá solicitar o resgate parcial deduzido o capital mínimo de ingresso e garantida a manutenção de todos os direitos sociais, ~~observadas as disposições contidas nos incisos do artigo 20.~~

§ 1º Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a documentação necessária para comprovação da condição descrita no caput.

Art. 22. O resgate eventual somente poderá ocorrer por solicitação do associado, observando as regras deste Estatuto, e, em caso de aprovação, a Cooperativa promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.

TÍTULO IV **DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E** **DOS FUNDOS**

CAPÍTULO I **DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS**

Art. 25º O balanço e os demonstrativos de sobras ~~eu~~ perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais, ~~devendo ser observado o seguinte para as sobras ou perdas:~~

TÍTULO IV **DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E** **DOS FUNDOS**

CAPÍTULO I **DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS**

Art. 23. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais:

§ 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

I. pela destinação ~~entre os~~ associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
(..)

III. ~~pela manutenção na conta sobras/perdas acumuladas;~~

IV. pela ~~incorporação ao capital de~~ associado, ~~observada a proporcionalidade referida~~ no inciso I III do § 2º deste artigo; ~~ou~~

V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º ~~As~~ perdas apuradas ~~no exercício serão cobertas~~ com recursos provenientes do Fundo de Reserva ~~ou, em caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:~~

I. ~~mediante compensação por meio~~ de sobras ~~dos exercícios seguintes, desde que a Cooperativa:~~

a) ~~mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;~~

b) ~~conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso II deste parágrafo~~

c) ~~atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob.~~

II. ~~mediante rateio~~ entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou

§ 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

I. pela destinação ~~aos~~ associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
(..)

III. ~~pela constituição de reservas;~~

IV. pela ~~compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a Cooperativa:~~

a) ~~se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;~~

b) ~~conserve o controle da parcela correspondente a cada associado, no saldo das perdas retidas, conforme o rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;~~

c) ~~atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob;~~

V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º ~~O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:~~

I. ~~absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim;~~

II. ~~mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;~~

III. ~~rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no item I forem~~

<p>mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>	<p>insuficientes e considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>
<p>CAPÍTULO II DOS FUNDOS</p> <p>Art. 26º Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>(...)</p> <p>II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação.</p> <p>§ 1º Poderão ser destinados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.</p> <p>Art. 27º Além dos fundos previstos no art. 26, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.</p>	<p>CAPÍTULO II DOS FUNDOS</p> <p>Art. 24. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>(...)</p> <p>II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação.</p> <p>§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.</p> <p>§ 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.</p>
<p>TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</p> <p>Art. 28º A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.</p>	<p>TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</p> <p>Art. 25. A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.</p>

<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 29º A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a-partir da data de protocolização da solicitação.</p> <p>§ 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 26. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de protocolização da solicitação.</p> <p>§ 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos, tendo direito à voz na Assembleia.</p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 30º A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.</p> <p>Parágrafo único: Não havendo, no horário estabelecido, para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 27. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.</p> <p>Parágrafo único. Não havendo, no horário estabelecido, para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.</p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO III DO EDITAL</p> <p>Art. 31º Do edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter no mínimo:</p> <p>I. a denominação social completa da Cooperativa, o CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO III DO EDITAL</p> <p>Art. 28. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter no mínimo:</p> <p>I. a denominação social completa da Cooperativa, o CNPJ e o Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se</p>

<p>trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;</p> <p>II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;</p> <p>III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço de local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;</p> <p>IV. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação; (...)</p> <p>VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 29º deste Estatuto Social. (...)</p>	<p>trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;</p> <p>II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;</p> <p>III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;</p> <p>IV. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação; (...)</p> <p>VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme o art. 28 deste Estatuto Social. (...)</p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO</p> <p>Art. 32º O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte: (...)</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO</p> <p>Art. 29. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte: (...)</p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO</p> <p>Art. 33º Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração. (...)</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO</p> <p>Art. 30. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração. (...)</p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO</p> <p>Art. 34º Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar. (...)</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO</p> <p>Art. 31. Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pela pessoa natural que seja representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar. (...)</p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DO VOTO</p> <p>Art. 35º Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DO VOTO</p> <p>Art. 32. Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.</p>

<p>§ 1º. Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.</p> <p>§ 2º. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 41º, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.</p> <p>Art. 36º Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente do conselho de administração.</p> <p>Art. 37º As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia prevista no edital de convocação.</p>	<p>§ 1º. Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos em que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.</p> <p>§ 2º. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 38º, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.</p> <p>Art. 33. Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente do conselho de administração.</p> <p>Art. 34. As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia prevista no edital de convocação.</p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE</p> <p>Art. 38º A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que: (...) II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício; (...)</p> <p>Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE</p> <p>Art. 35. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que: (...) II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado tanto na abertura quanto no reinício; (...)</p> <p>Parágrafo único. Para a continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.</p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO VI DAS DELIBERAÇÕES</p> <p>Art. 39º É de competência da Assembleia Geral deliberar, sobre:</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO VI DAS DELIBERAÇÕES</p> <p>Art. 36. É de competência da Assembleia Geral deliberar, além do previsto nos arts. 39 e 40, sobre:</p>

<p>I. alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;</p> <p>II. destituição de membros do Conselho de Administração;</p> <p>III. aprovação do regimento eleitoral, da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;</p> <p>IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 10º deste Estatuto Social;</p> <p>V. filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.</p>	<p>I. alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração;</p> <p>II. a eleição e/ou a destituição de membros do Conselho de Administração;</p> <p>III. a aprovação do regimento eleitoral, da política de governança corporativa e das demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;</p> <p>IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 10º § 3º deste Estatuto Social;</p> <p>V. filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</p> <p>Art. 40º A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia: (...)</p> <p>V. quando previsto, fixação do valor dos, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração;</p> <p>VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes do Conselho de Administração bem como de cargos na Diretoria Executiva, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;</p> <p>VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 41º deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo único: A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</p> <p>Art. 37. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia: (...)</p> <p>V. quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração;</p> <p>VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;</p> <p>VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 38 deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo único: A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.</p>

CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 41º A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

(…)

CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 38. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

(…)

CAPÍTULO V
DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42º ~~O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos estatutários da Cooperativa está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.~~

Art. 43º ~~São condições cumulativas para o exercício dos cargos estatutários da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito~~ cargo estatutário:

- I. ser associado pessoa natural da Cooperativa;
 - II. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;
 - III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
 - IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, ~~providências essas dispensadas nos casos de reeleição;~~
- (…)

CAPÍTULO V
DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário:

- I. ser associado e pessoa natural da Cooperativa;
 - II. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;
 - III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
 - IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa;
- (…)
- X. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;

	<p>XI. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado que for eleito diretor na própria cooperativa;</p> <p>XII. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual o conselheiro de administração ou diretor da Cooperativa seja administrador ou controlador.</p>
<p>§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, será destituído automaticamente do cargo na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral.</p>	<p>§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, ele deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral; sob pena de vacância do cargo na Cooperativa.</p>
<p>§ 2º Para os fins do inciso II deste artigo, entende-se por cargo político: (...)</p>	<p>§ 2º Para os fins do inciso III deste artigo, entende-se por cargo político: (...)</p>
<p>II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;</p>	<p>II. membro de executiva partidária: pessoas que, filiadas a determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;</p>
<p>III. posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais). (...)</p>	<p>III. posto nomeado, designado ou delegado: agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais). (...)</p>
<p>§ 5º Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes. (...)</p>	<p>§ 5º Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de para qual órgão estatutário estiver concorrendo. (...)</p>
<p>§ 7º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 10 (dez) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p>	<p>§ 7º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse em até, no máximo, 10 (dez) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p> <p>§ 8º O processo eleitoral segue o disposto no Regimento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.</p>

<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 44º O Conselho de Administração, é composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre eles um presidente e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa e eleitos pela Assembleia Geral, nos termos previsto no Regimento Eleitoral, sendo vedada a constituição de membro suplente.</p> <p>Parágrafo Único. Na Assembleia Geral em que foram eleitos, os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão à parte, imediatamente, e escolherão, entre os respectivos membros, o presidente e o do Conselho de Administração.</p> <p>Art. 45º O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.</p> <p>Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 40. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre eles um presidente e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa, nos termos previsto no Regimento Eleitoral, sendo vedada a constituição de membro suplente.</p> <p>Parágrafo Único. Na Assembleia Geral em que foram eleitos, os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão à parte, imediatamente após a eleição, e escolherão, entre os respectivos membros, o presidente do Conselho de Administração.</p> <p>Art. 41. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.</p> <p>Parágrafo único. § 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p>§ 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho.</p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 46º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros; (...)</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 42. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do Conselho de Administração:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração; (...)</p>

SUBSEÇÃO III
DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA
VACÂNCIA DE
CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 47º Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído por outro membro indicado;
- II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;
- (...)
- a). morte ou **invalidez permanente** incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;
- (...)
- g). **candidatura**, diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. **43** deste Estatuto Social;
- h). não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação do Sicoob Central Crediminas, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, **pendências estas** envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas **pelo envolvido**.

§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo **no** caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata **e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.** (...)

§ 4º Os substitutos exerçerão os cargos somente até o **final** do mandato dos substituídos. (...)

SUBSEÇÃO III
DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA
VACÂNCIA DE
CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 43. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências ou **nos** impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído por outro membro indicado;
- II. nas ausências ou **nos** impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;
- (...)
- a). morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;
- (...)
- g). diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. **41** deste Estatuto Social;
- h). não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação do Sicoob Central Crediminas, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.
- i). **não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária)** das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral.

§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo **em** caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata. (...)

§ 4º Os substitutos exerçerão os cargos somente até o **fim** do mandato dos substituídos. (...)

SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
<p>Art. 48º Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p>I. fixar a orientação geral e estratégica e, os objetivos da <i>Cooperativa</i>, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva;</p> <p>(...)</p> <p>VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES);</p> <p>(...)</p> <p>VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;</p> <p>IX. propor à Assembleia Geral a participação da <i>Cooperativa</i> no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;</p> <p>(...)</p> <p>XI. deliberar sobre admissão—e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p>(...)</p> <p>XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que lhes forem encaminhadas pela Auditoria, e determinar</p>	<p>Art. 44. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p>I. fixar a orientação geral e estratégica, assim como os objetivos da <i>Cooperativa</i>, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos e os membros dos comitês técnicos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições e sua remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente;</p> <p>(...)</p> <p>VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva;</p> <p>(...)</p> <p>VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos, subordinados ao Conselho de Administração;</p> <p>IX. propor à Assembleia Geral a participação da <i>Cooperativa</i> no capital de instituições não cooperativas;</p> <p>(...)</p> <p>XI. deliberar sobre a eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p>(...)</p> <p>XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que lhes forem encaminhadas pela Auditoria, e</p>

<p>medidas visando às apurações e às providências cabíveis;</p> <p>XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como as pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p>XVI. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e ao Sicoob Central Crediminas;</p> <p>XVII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;</p> <p>(...)</p> <p>Art. 49º Compete ao presidente do Conselho de Administração:</p> <p>I. representar a <i>Cooperativa</i>, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º Na impossibilidade de representação por outro membro indicado, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, para a representação prevista no inciso I.</p> <p>(...)</p>	<p>determinar medidas visando as apurações e as providências cabíveis;</p> <p>XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p>XVI. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e o Sicoob Central Crediminas;</p> <p>XVII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva;</p> <p>(...)</p> <p>XIX. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);</p> <p>XX. deliberar sobre as regras e os critérios de exceção ligados à concessão de operações de crédito, de forma a gerir possíveis conflitos de interesses e resguardar os interesses da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>Art. 45. Compete ao presidente do Conselho de Administração:</p> <p>I. representar a <i>Cooperativa</i>, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de outras entidades de representação do cooperativismo;</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º Na impossibilidade de representação por outro membro indicado, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.</p> <p>(...)</p>
---	--

<p style="text-align: center;">SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 50º A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por, no mínimo 02 (dois) diretores e no máximo 4 (quatro) Diretores Executivos, devendo obrigatoriamente ser associado.</p> <p>Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.</p> <p>Art. 51º O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 46. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por, no mínimo 02 (dois) diretores e no máximo 4 (quatro) Diretores Executivos, devendo obrigatoriamente ser associado.</p> <p>Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.</p> <p>Art. 47. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Art. 52º Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Executivo será substituído por outro Diretor, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos, ressalvado o disposto no §2º do artigo 53º.</p> <p>II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Art. 50. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Executivo será substituído por outro Diretor, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.</p> <p>II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da ocorrência.</p> <p>§ 1º. Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor de Gestão de Riscos serão acumuladas pelo Diretor</p>

<p>§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados, ressalvado o disposto no §2º do artigo 53º.</p> <p>§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.</p> <p>§ 3º Nas hipóteses de substituições temporárias descritas neste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do Diretor substituído, que terá mantida a sua remuneração.</p> <p>§ 4º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 47º deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo único. Em qualquer caso, o substituto exercerá o mandato até o final do mandato do substituído.</p>	<p>Administrativo, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e §2º do Art. 47 deste Estatuto Social.</p> <p>§ 2º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, O diretor substituto continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados, ressalvado o disposto no §2º do artigo 48º.</p> <p>§ 3º O disposto no § 2º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.</p> <p>§ 4º Nas hipóteses de substituições temporárias descritas neste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do Diretor substituído, que terá mantida a sua remuneração.</p> <p>§ 5º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 43 deste Estatuto Social.</p>
<p>SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Art. 53º Compete à Diretoria Executiva: (...)</p> <p>III. elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>§ 1º. As atribuições designadas a cada diretor executivo, previstas no Regimento Interno da DIREX, deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.</p>	<p>SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Art. 48. Compete à Diretoria Executiva: (...)</p> <p>III. elaborar orçamentos para a deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>§ 1º. As atribuições designadas a cada diretor executivo, por meio do regimento interno, observarão as normas vigentes de segregação obrigatória de funções por área de atuação, nos termos dos normativos regulamentares vigentes, inclusive sistêmicos.</p>

§ 2º É vedada a participação do Diretor responsável pelo gerenciamento de risco **de crédito** nas decisões e deferimentos de operações de crédito, inclusive nas hipóteses de substituição temporária.

§ 3º A representação da Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, será exercida pelos Diretores Executivos, em conjunto ou individualmente, salvo a representação prevista no inciso I, do art. **49º**, que somente poderá ser exercida se houver outorga de procuração específica do presidente do Conselho de Administração.

§ 2º É vedada a participação do Diretor responsável pelo gerenciamento de risco nas decisões e deferimentos de operações de crédito, inclusive nas hipóteses de substituição temporária.

§ 3º Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor de Gestão de Riscos serão acumuladas pelo Diretor Administrativo, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e §2º deste artigo.

§ 4º A representação da Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, será exercida pelos Diretores Executivos, em conjunto ou individualmente, salvo a representação prevista no inciso I, do art. **45**, que somente poderá ser exercida se houver outorga de procuração específica do presidente do Conselho de Administração.

§ 5º A outorga de mandato a empregado ou a prestador de serviço da cooperativa deverá ser realizada, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, ressalvada a outorga de mandato a advogado(a), que poderá ser realizada por apenas 1 (um) Diretor.

SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO	SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO
<p>Art. 54º O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judicia</i>;</p> <p>II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;</p> <p>III. deverá constar que o empregado da <i>Cooperativa</i> sempre assine em conjunto com um diretor, salvo na hipótese de assinatura de documentos relativos à admissão de associado, inclusive a averbação na Ficha de Matrícula da subscrição, realização ou resgate de quota-partes e transferência de capital entre associados, quando o empregado assinará isoladamente os documentos.</p> <p>Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado ou diretor executivo do Sicoob Central Crediminas.</p>	<p>Art. 49. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>I. não poderá ter prazo de validade superior ao da gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judicia</i>;</p> <p>II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;</p> <p>III. deverá constar que o empregado da <i>Cooperativa</i> sempre assine em conjunto com um diretor, salvo na hipótese de assinatura de documentos relativos à admissão de associado, inclusive a averbação na Ficha de Matrícula da subscrição, realização ou resgate de quota-partes e transferência de capital entre associados, quando o empregado assinará isoladamente os documentos.</p> <p>Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado ou diretor executivo do Sicoob Central Crediminas.</p>

<p>Art. 55º Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.</p> <p>Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p>	<p>Art. 50. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.</p> <p>Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p>
<p style="text-align: center;">TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO</p> <p>Art. 56º Além de outras hipóteses previstas em lei, a <i>Cooperativa</i> dissolve-se de pleno direito:</p> <p>(...)</p> <p>Art. 57º A liquidação da <i>Cooperativa</i> obedecerá às normas legais e regulamentares próprias.</p>	<p style="text-align: center;">TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO</p> <p>Art. 51 Além de outras hipóteses previstas em lei, a <i>Cooperativa</i> dissolve-se de pleno direito:</p> <p>(...)</p> <p>Art. 52 A liquidação da <i>Cooperativa</i> obedece às normas legais e regulamentares próprias.</p>
<p style="text-align: center;">TÍTULO VII DA DISPOSIÇÃO FINAL</p> <p>Art. 58º Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil, para que surtam efeitos legais, os atos societários deliberados pela <i>Cooperativa</i>, referentes a:</p> <p>I. eleição de membros do Conselho de Administração, e da Diretoria Executiva;</p> <p>II. reforma do estatuto social;</p> <p>III. mudança do objeto social;</p> <p>IV. fusão, incorporação ou desmembramento;</p> <p>V. dissolução voluntária da sociedade, nomeação do liquidante e eleição dos conselheiros fiscais.</p> <p>Art. 59º As reuniões dos órgãos de administração, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i>, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social,</p>	<p style="text-align: center;">TÍTULO VII DA DISPOSIÇÃO FINAL</p> <p>Art. 53. As reuniões dos órgãos de administração, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i>, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social,</p>

<p>Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.</p> <p>Art. 60º Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p>Art. 61º Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>	<p>Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.</p> <p>Art. 54. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p>Art. 55. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>
<p style="text-align: center;">TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</p> <p>Art. 62º As disposições estatutárias referentes aos artigos 28º, 29º, 36º, 39º, 40º, 43º, 46º, 48º, 58º e 59º desse Estatuto Social, passam a vigorar a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2024, quando será extinto o Conselho Fiscal do Sicoob Credicaf.</p> <p>Art. 63º Considerando o disposto no artigo 62º deste Estatuto Social até a Assembleia Geral Ordinária de 2024 será mantido o Conselho Fiscal do Sicoob Credicaf, devendo se observar os artigos 64º a 79º deste Estatuto Social.</p> <p>Art. 64º A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral;</p> <p>II. Conselho de Administração;</p> <p>III. Diretoria Executiva;</p> <p>IV. Conselho Fiscal.</p> <p>Art. 65º A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após</p>	<p style="text-align: center;">TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</p>

~~solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.~~

~~§ 2º O Sicoob Central Crediminas poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:~~

~~I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;~~

~~I. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;~~

~~III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.~~

~~§ 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.~~

Art. 66º ~~Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livre próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente e pelo vice-presidente do conselho de administração, bem como pelo coordenador do conselho fiscal ou, na sua ausência, por outro membro do conselho fiscal.~~

Art. 67º ~~É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:~~

~~I. alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;~~

~~II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;~~

~~III. aprovação do regimento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;~~

~~IV. julgar recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 17 deste Estatuto Social;~~

~~V. deliberar sobre a filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.~~

Art. 68º ~~A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos~~

~~4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:~~

~~I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:~~

- ~~a) relatório da gestão;~~
- ~~b) balanço;~~
- ~~c) relatório da auditoria externa;~~
- ~~d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.~~

~~II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;~~

~~III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas partes integralizadas;~~

~~IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, quando for o caso;~~

~~V. quando previsto, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;~~

~~VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 59 deste Estatuto Social.~~

Art. 69º São órgãos estatutários da Cooperativa:

- I. Conselho de Administração;**
- II. Diretoria Executiva;**
- III. Conselho Fiscal.**

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

Art. 70º São condições cumulativas para o exercício dos cargos estatutários da Cooperativa, sem

~~prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:~~

- ~~I. ter reputação ilibada;~~
- ~~II. ser residente no País;~~
- ~~III. ser associado pessoa natural da Cooperativa, exceto para diretores executivos;~~
- ~~IV. não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil ou de outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;~~
- ~~V. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;~~
- ~~VI. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;~~
- ~~VII. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais ou título emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;~~
- ~~VIII. não estar declarado falido ou insolvente;~~
- ~~IX. não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;~~
- ~~X. não estar em exercício de cargo público-eletivo.~~
- ~~XI. não ter sido inabilitado em processo administrativo sancionador, em primeira instância administrativa, ressalvada a hipótese de concessão de efeito suspensivo à decisão de inabilitação.~~
- ~~XII. aos cargos do Conselho de Administração ter formação acadêmica de nível superior (concluída ou em andamento), ou formação técnica de nível médio (concluída ou em andamento), ou formação técnica de acordo com o Curso de Formação de~~

~~Conselheiros de Administração ministrado pelo Sicoob Central Crediminas, ou experiência comprovada no cargo de Conselheiro de Administração de sociedade cooperativa, ou experiência comprovada na gestão de empreendimento rural, ou experiência comprovada na gestão de empresa, ou ter trabalhado com vínculo empregatício em instituição financeira;~~

~~XIII. ter operado assiduamente/regularmente com a Cooperativa nos dois últimos exercícios sociais (ser associado ativo);~~

~~XIV. não ter operação baixada como prejuízo em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, registrada no **Sistema de Informações de Crédito – SCR**;~~

~~XV. não ter as suas contas relativas ao exercício de cargo de administração em sociedades cooperativas reprovadas pela respectiva assembleia geral ordinária;~~

~~§ 1º No caso de eleitos para cargos estatutários que não atendam ao disposto nos incisos VII a IX, o Banco Central do Brasil poderá analisar a situação individual dos pretendentes, com vistas a avaliar a possibilidade de aceitar a homologação de seus nomes.~~

~~§ 2º É condição adicional para exercício de cargo estatutário de administração possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, conforme política de sucessão de administradores, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, a qual será dispensada nos casos de reeleição de membro, com mandato em vigor no órgão para o qual foi eleito, na própria Cooperativa.~~

~~§ 3º Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.~~

~~§ 4º Não podem compor o Conselho de Administração e/ou a Diretoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, bem como cônjuges e companheiros.~~

~~§ 5º Os membros dos órgãos de Administração e Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.~~

§ 6º A condição prevista no inciso IV deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gestão (superintendentes, gerentes e similares) da Cooperativa.

§ 7º A condição de que trata o inciso IV deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas cooperativas, desde que não assumidas funções executivas nessas controladas.

§ 8º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.

§ 9º Considera-se associado ativo aquele que, num período de 6 meses consecutivos, mantenha qualquer operação ativa ou passiva com a Cooperativa, excetuando-se o capital social.

§ 10º Operação baixada como prejuízo compreende a operação de crédito considerada contabilmente como perda pela Instituição Financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, devidamente registrada no Sistema de Informações de Crédito - SCR como operação baixada como prejuízo.

§ 11º A condição descrita no inciso XIV será apurada pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa quando da análise de atendimento ou não pelos candidatos das condições de candidatura e elegibilidade previstas no Regimento Eleitoral da Cooperativa e neste Estatuto Social.

§ 12º A diplomação em cargo público eletivo impede a candidatura aos cargos de Conselheiro de Administração e de Conselheiro Fiscal.

§ 13º Entendem-se como cargo público eletivo aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Vice-prefeito, Deputado Estadual e Federal, Senador, Governador, Vice-governador, Presidente da República, Vice-presidente da república), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigente.

§ 14º Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de para qual órgão estatutário estiver concorrendo.

§ 15º Os pré-requisitos considerados desejáveis na Política de Sucessão de Administradores da Cooperativa, por não serem obrigatórios, não serão impeditivos à candidatura, tampouco ao exercício do cargo na Cooperativa.

Art. 71º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

Art. 72º Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

- I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico financeiro da Cooperativa;
- II. eleger, recomendar ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;
- IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;
- VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);
- VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;
- VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;
- IX. propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;

~~X. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;~~
~~XI. deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;~~
~~XII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;~~
~~XIII. escolher e destituir os auditores externos, na forma da regulamentação em vigor;~~
~~XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;~~
~~XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como as pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;~~
~~XVI. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cegestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e ao Sicoob Central Crediminas a qual estiver filiada;~~
~~XVII. definir a política para a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;~~
~~XVIII. deliberar sobre a aquisição de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;~~
~~XIX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento.~~

Art. 73º A administração da Cooperativa será fiscalizada assídua e minuciosamente por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regimento próprio.

§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Art. 74º Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no art. 68, incisos I a VII, deste Estatuto Social.

§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

§ 2º Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.

Art. 75º No caso de vacância, será efetivado membro suplente, obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente.

Art. 76º Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

Art. 77º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros efetivos ou dos suplentes previamente convocados;

II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;

III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

§ 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

§ 3º Os membros suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos,

~~sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros efetivos.~~

Art. 78º Compete ao Conselho Fiscal:

- ~~I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;~~
- ~~II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;~~
- ~~III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;~~
- ~~IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterá, se for o caso, os votos dissidentes;~~
- ~~V. convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;~~
- ~~VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;~~
- ~~VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;~~
- ~~VIII. aprovar o próprio regimento interno;~~

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

Art. 79º As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social, Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 80º As disposições estatutárias referentes aos artigos 33º, 36º, 44º, 47º e 49º, desse Estatuto Social, passam a vigorar a partir da Assembleia

Art. 56. As disposições estatutárias referentes aos artigos 33º, 36º, 44º, 47º e 49º, desse Estatuto

Geral Ordinária de 2026, quando será descontinuado o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicaf.

Art. 84º Considerando o disposto no artigo 80º deste Estatuto Social até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 será mantido o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicaf, devendo-se observar os artigos 82º a 87º deste Estatuto Social.

Art. 82º Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central Crediminas, os trabalhos serão dirigidos pelo representante do Sicoob Central Crediminas e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

Art. 83º O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre eles um presidente, um vice-presidente e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa e eleitos pela Assembleia Geral, nos termos previsto no Regimento Eleitoral.

Parágrafo Único. Na Assembleia Geral em que foram eleitos, os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão à parte imediatamente e

Social, passam a vigorar a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2026, quando será descontinuado o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicaf.

Art. 57. Considerando o disposto no artigo 80º deste Estatuto Social até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 será mantido o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicaf, devendo-se observar os artigos 82º a 87º deste Estatuto Social.

Art. 58. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central Crediminas, os trabalhos serão dirigidos pelo representante do Sicoob Central Crediminas e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

Art. 59. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre eles um presidente, um vice-presidente e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa e eleitos pela Assembleia Geral, nos termos previsto no Regimento Eleitoral.

Parágrafo Único. Na Assembleia Geral em que foram eleitos, os membros do Conselho de

escolherão, entre os respectivos membros, o presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração.

Art. 84º Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.

Art. 85º Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros.

Art. 86º Compete ao presidente do Conselho de Administração:

- I. representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- III. decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;
- V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;
- VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.

§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

§ 2º O presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração para representação da

Administração reunir-se-ão à parte imediatamente e escolherão, entre os respectivos membros, o presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração.

Art. 60. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.

Art. 61. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros.

Art. 62. Compete ao presidente do Conselho de Administração:

- I. representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- III. decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;
- V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;
- VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.

§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

§ 2º O presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração para representação da

Cooperativa nas assembleias gerais do Banco Sicoob.	Cooperativa nas assembleias gerais do Banco Sicoob.
Art. 87º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.	Art. 63º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.
Parágrafo único. O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.	Parágrafo único. O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.

MARCAÇÃO DO TEXTO:	EXPLICAÇÃO:
Vermelha	Trecho excluído
Azul	Trecho incluído e/ou com redação ajustada
Marrom com nota explicativa	Trecho que mudou de um artigo para outro
Amarelo	Artigos mantidos até assembleia de 2024
Roxo	Artigos mantidos até assembleia de 2026